

Artigo

## A família e a escola no processo de inclusão do sujeito surdo: um cenário sistemático de relações sociais

*The family and the school in the process of inclusion of the deaf subject: a systematic scenario of social relations*

Jordania Patrícia Ribeiro da Silva Jesus<sup>1</sup>, Carolina Langsdorff Serafim<sup>2</sup>, Janaína Mendes da Silva<sup>3</sup> e Maria Aparecida Barros dos Reis<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás, Goianésia, Goiás. ORCID: 0009-0000-2636-1830. E-mail: [jordaniapaty2@gmail.com](mailto:jordaniapaty2@gmail.com);

<sup>2</sup>Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás, Inhumas, Goiás. ORCID: 0009-0007-8235-5145. E-mail: [carol.balaomagico@gmail.com](mailto:carol.balaomagico@gmail.com);

<sup>3</sup>Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, Ceará. ORCID: 0009-0001-6845-0302. E-mail: [janasamu202018@gmail.com](mailto:janasamu202018@gmail.com);

<sup>4</sup>Graduada em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Goiás, Goianésia, Goiás. ORCID: 0000-0002-9532-0706. E-mail: [cidabarrosmello@gmail.com](mailto:cidabarrosmello@gmail.com).

Submetido em: 02/06/2025, revisado em: 15/06/2025 e aceito para publicação em: 25/06/2025.

**RESUMO:** A presente investigação caracteriza-se como um estudo bibliográfico e qualitativo, cujo objetivo é situar a inclusão de alunos surdos no contexto de teorias educacionais compartilhadas de viés interacionista e democrático. Parte-se do entendimento de que a relação entre família e escola exerce um papel central no processo de inclusão social e educacional do sujeito surdo, ainda que, na prática, essa articulação se apresente de forma limitada ou fragmentada nas instituições regulares de ensino. Observa-se que poucos pais assumem postura ativa na vida escolar de seus filhos surdos, seja por receio diante de novas dinâmicas pedagógicas, seja pela percepção da surdez como sinônimo de deficiência ou limitação. Tal distanciamento compromete tanto o desenvolvimento da cidadania ativa dos alunos quanto a eficácia das políticas inclusivas. Nesta perspectiva, defende-se a necessidade de estabelecimento de vínculos sólidos entre família e escola, de modo a construir parâmetros inclusivos compartilhados, capazes de garantir a educação plena do sujeito surdo em ambientes regulares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidadania ativa; Limitação; Parâmetros inclusivos.

**ABSTRACT:** The present investigation is characterized as a bibliographic and qualitative study, whose objective is to situate the inclusion of deaf students in the context of shared educational theories of interactionist and democratic bias. It is based on the understanding that the relationship between family and school plays a central role in the process of social and educational inclusion of the deaf subject, although, in practice, this articulation is limited or fragmented in regular educational institutions. It is observed that few parents take an active stance in the school life of their deaf children, either because they are afraid of new pedagogical dynamics, or because they perceive deafness as synonymous with disability or limitation. Such distancing compromises both the development of students' active citizenship and the effectiveness of inclusive policies. In this perspective, the need to establish solid bonds between family and school is defended, in order to build shared inclusive parameters, capable of guaranteeing the full education of the deaf subject in regular environments.

**KEYWORDS:** Active citizenship; Limitation; Inclusive parameters.

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A família, durante muito tempo, nem foi objeto de estudos, no entanto, a instituição familiar demarca experiências das primícias de relações sociais e a primeira forma de amor com que se tem contato na vida, ela é o vínculo estreito de humanização de nosso ser. É na família que aprendemos a nos relacionar com os outros. Portanto, a construção dessa sociedade inclusiva começa nas famílias.

É por meio da família que ressurgem os fundamentos essenciais para a continuação de nossa aprendizagem dentro da escola.

Entretanto, ainda hoje, a maioria da nossa população não está acostumada a participar ativamente de reuniões em igrejas, escolas e outras associações da comunidade. Isso faz com que as pessoas se isolem e muitos assuntos deixem de ser discutidos.

No caso da chegada de uma criança com deficiência, a falta de informações da família é ainda

maior: Muitos pais não sabem como agir nem decidir o que é melhor para os filhos, deixando para médicos, professores, terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas essa responsabilidade.

A família necessita compreender o seu importante papel social na vida escolar do sujeito que dela participa, situando seu nível de comprometimento no acompanhamento da vida escolar das crianças, jovens e adolescentes sejam eles ditos normais ou deficientes, principalmente quando o assunto é inclusão.

O principal desafio que têm os pais, professores e profissionais que trabalham com crianças que apresentam dificuldades é ajudá-las a adquirir confiança em si mesma, a acreditar nas suas capacidades. Eles devem saber que as pessoas aprendem de diferentes modos e que sua energia pode ser encaminhada para encontrar estratégias adequadas para a aprendizagem, ao invés de procurar maneiras de esconder suas dificuldades.

É importante ajudar essas crianças, jovens e adolescentes a conhecerem seus pontos fortes, a

compreenderem que suas dificuldades não existem por falta de capacidade e a descobrirem estratégias que sejam úteis no seu aprendizado. Em certo sentido a criança aprende pela imagem de si mesma que recebe do outro.

Assim sendo, quanto mais integradora for a imagem que proporcionam a ela seus pais e, em seguida, seus professores, maior será sua possibilidade de reconhecer suas capacidades e carências.

Situando o cenário em que a relação social é sistemática de participação da família no contexto da inclusão escolar de seus filhos surdos, o presente artigo traz em si o objetivo de subsidiar as argumentações acerca do nível ou grau de importância que as instituições, família e escola, travam em torno do processo de formação humana e da cidadania ativa de seu sujeito, compreendendo-se como instâncias auxiliares desse processo, na medida em que podem propiciar sustentáculos sólidos e essenciais de participação dinâmica nas relações entre si e o ambiente político e social em que ocorre a inclusão de surdos no sistema regular de ensino.

Tal esfera é uma maneira contextualizada de situar parcerias entre a família e a escola. Entre elas podemos destacar a constituição de projetos de urbanização dos espaços escolares, sistemas de iluminação, recurso visuais e matérias auxiliares ao trabalho docente, sessão de sensibilização de professores e a comunidade escolar acerca das diferenças linguísticas e culturais do surdo, entre outros importantes aspectos a serem instituídos através da relação família X escola no contexto da inclusão social e educacional. Para se construir uma sociedade inclusiva é fundamental que as famílias tenham autonomia para cuidar das questões relacionadas às necessidades especiais de seus filhos. Em uma sociedade inclusiva, as famílias de pessoas com deficiência devem estar presentes em todos os momentos, participar das decisões, fazer valer os seus direitos e lutar por melhores condições de vida para todos.

A questão que nos atenta a subsidiar as discussões acerca dessa questão, tem base no seguinte questionamento: - De que maneira a participação da família no contexto da inclusão do sujeito surdo na escola regular, pode promover um nível sistemático de relações efetivamente dinâmico na formação humana e social desse sujeito?

Eis aqui uma abordagem de cunho bibliográfico subdividida em três tópicos analíticos e argumentativos, assim constituídos. O primeiro tópico trata de contextualizar práticas sócio interacionistas de situar a gestão de um sistema escolar inclusivista a partir da compreensão de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva.

O segundo tópico busca situar a inclusão de alunos Surdos nas escolas regulares como um desafio que a família e a escola necessitam instituir por meio de parcerias e saberes a serem acrescentados na esfera sistemáticos de suas relações sociais. Hoje em dia há a necessidade de a escola estar em perfeita sintonia com a família. A escola é uma instituição que complementa a família e juntas tornam-se lugares agradáveis para a convivência de nossos filhos e alunos.

A escola não deveria viver sem a família e nem a família deveria viver sem a escola. Uma depende da outra

na tentativa de alcançar o maior objetivo, qual seja, o melhor futuro para o filho e educando e, automaticamente, para toda a sociedade. Uma vez que segundo a lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96 art.2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Este é, portanto, um trabalho que exige sucinta criticidade/ clareza acerca dos complexos problemas e situações que ocorrem nas relações entre os sujeitos que estão situados na esfera da inclusão de surdos, em uma prática pedagógica com concepções de educação diversas e muitas das vezes excludentes, em turmas de ensino regular.

Já o terceiro tópico, apresenta as considerações finais acerca do tema em questão, delineando um processo de análise para que as ideias apresentadas tenham consonância com os objetivos propostos e busquem responder com objetividade o problema desta pesquisa.

## **2 PRÁTICAS SÓCIO INTERACIONISTAS DE SITUAR A GESTÃO DE UM SISTEMA ESCOLAR INCLUSIVISTA**

A educação inclusiva não se refere apenas aos sujeitos deficientes, refere também ‘educação para todos’, então vamos situar a reflexão neste tópico partindo das seguintes indagações, o fato desses sujeitos estarem dentro da escola significa que eles estão incluídos? Vocês sabem como começou a política de inclusão de surdos nas escolas de ouvintes?

No ano de 1994, os representantes de mais de oitenta países se reúnem na Espanha e assinam a Declaração de Salamanca, um dos mais importantes documentos de compromisso de garantia de direitos educacionais.

Este documento declara as escolas regulares inclusivas como o meio mais eficaz de combate à discriminação e ordena que as escolas devam acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas.

A política evidenciada na Declaração de Salamanca foi adotada na maioria dos países e na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei nº 9394/96) observamos que em um de seus capítulos sobre a educação especial onde apoia e inclui parâmetros para a integração/inclusão do aluno especial na escola regular, a Declaração faz ressalva à situação linguística dos surdos e defendeu as escolas e classes para eles (item 30). O problema é que os governos não respeitam essa ressalva e trataram os surdos como os demais alunos.

Muitos especialistas alimentam os discursos de inclusão; sem perceberem as consequências deste processo que só tem contribuído mais ainda para a frustração educacional dos sujeitos surdos. Estes especialistas não têm nenhuma experiência na prática em sala de aula com os sujeitos surdos acabando em colocarem-nos no mesmo

patamar dos deficientes visuais, deficientes mentais e outros, sem se dar conta que os sujeitos surdos possuem uma identidade linguística e cultural que os diferencia.

Observamos como Skliar (1998) que o problema, maior, é a confusão que se faz entre democracia e tratamento igualitário. “Ou seja, quando um surdo é tratado da mesma maneira que um ouvinte, ele fica em desvantagem” educacional e social, por não compreender a forma e o sentido desta interação dita democrática e interacionista

A democracia implicaria, então, no respeito às peculiaridades de cada aluno, seu ritmo de aprendizagem e necessidades particulares sabemos que a proposta governamental é colocar o sujeito surdo na sala de aula junto com professores sem capacitação para trabalhar com surdos. Vemos muitos sujeitos surdos concluir o Ensino Médio sem saber escrever sequer um bilhete.

Com a inclusão dos surdos no processo educacional, vimos que esses sujeitos não desenvolveram o seu potencial em virtude que sujeitos ouvintes queriam que os sujeitos surdos tivessem o modelo ouvintista, impondo-lhes o oralismo e o treinamento auditivo não respeitando a identidade cultural dos mesmos.

E com isto houve o desequilíbrio educacional dos sujeitos surdos. Este discurso sobre a educação de surdos estava fora do contexto, pois muitas vezes os sujeitos surdos eram vistos como ‘retardados’ sendo poupados dos conteúdos escolares mais complexos, empurrados de uma série para outra série e foram proibidas de compartilhar uma língua cultural do povo surdo, sendo tratados como débeis mentais com a eternização da infância.

A implementação da inclusão é pontuada por um conjunto de leis e documentos subsidiários oficiais, que possibilitam a criação e a execução de políticas públicas tanto de uma educação inclusiva quanto de formação de professores, na tentativa de amenizar os efeitos da exclusão e atender à nova ordem vigente de educar a todos, principalmente, para o trabalho.

Hoje o Brasil conta com espaços educacionais para surdos dentro de escolas regulares e escola para surdos para garantir o atendimento de alunos surdos matriculados nas diferentes escolas brasileiras. Entre eles o Atendimento educacional especializado. A.E.E. que articula formas de ensinar os surdos através de metodologias adequadas as suas reais possibilidades.

E os municípios menores poderão estar organizando atividades de educação em escolas polos sistematicamente, já que os sujeitos surdos necessitam interagir entre si para que a língua de sinais esteja evolução e fluência linguística.

O ideal é que na inclusão nas escolas de ouvintes, que elas se preparem para dar aos alunos surdos os conteúdos pela língua de sinais, através de recursos visuais, tais como figuras, língua portuguesa escrita e leitura, a fim de desenvolver nos alunos a memória visual e o hábito de leitura, que recebam apoio de professor especialista conhecedor de língua de sinais e enfim, dando intérpretes de língua de sinais, para o maior acompanhamento das aulas. Outra possibilidade é contar com a ajuda de professores surdos, que auxiliem o professor regente e trabalhem com a língua de sinais nas escolas.

Citando novamente Skliar (1998), observamos que a escola democrática é aquela que se prepara para atender cada um de seus alunos. Se ela não tem condições de fazer esse atendimento, o professor precisa entrar em contato com os órgãos competentes e discutir o tema. Como responsável por vários cursos de libras e de intérpretes, entendo que a formação de professores para atender a alunos surdos depende da convivência com a comunidade surda, a aprendizagem da língua de sinais e o estudo de uma pedagogia ampla. Felizmente o MEC, frequentemente por meio de sua valorosa Secretaria de Educação Especial, tem feito esforços crescentes para valorizar a Libras e para garantir o seu ensino ao professorado, em observância estrita à lei federal 10.172 que determina o ensino de Libras aos surdos e familiares, e à lei federal 10.436 que determina que os sistemas educacionais federal, estaduais e municipais incluam o ensino da Libras como parte dos parâmetros curriculares nacionais nos cursos de formação de educação especial, fonoaudiologia e magistério nos níveis médio e superior.

É importante refletirmos na pedagogia surda e procedimento intercultural Esta nova proposta da ‘pedagogia da diferença’ inspira novos métodos de ensino na educação aos surdos, também propicia uma metodologia de ensino que produz o enunciativo do desejo de subjetivação cultural.

Este é o procedimento de ensino ao surdo que acontece atualmente nos palcos das salas de aula, em presença de professores surdos e ouvintes, se bem que pouco visível, não pesquisado, mas presente.

Os professores comprometidos com o projeto da pedagogia da diferença têm por objetivo abrir base material e discursiva de maneira específica a produzir significado e representar a diferença surda nos seus projetos pedagógicos.

Seria um erro considerar esta diferente concepção de construção da subjetividade surda, como uma construção para um gueto como muitos referem. A diferença será sempre diferença.

A construção da subjetividade cultural é o objetivo mais presente nesta metodologia. Trata-se mais de uma concepção sociológica do surdo como pertencente a um grupo cultural. Prima pela sua diferença como construção sociológica na defesa de uma liberdade social onde o sujeito surdo está presente e se torna capaz de desvincular-se das diversas pressões sociais durante a interação cultural, como no caso, no qual a sociedade lhe impõe o papel de deficiente.

Para tanto, é fundamental que a escola atual aprimore suas ações pedagógicas, visando o atendimento às diferenças. Nesse sentido, é imprescindível a transformação desta na busca de novas alternativas metodológicas que proporcione um ensino de qualidade. Mudar a escola exige trabalho de todos os envolvidos no processo, e assim sendo, é preciso colocar a aprendizagem como eixo norteador das práticas educativas, para que os alunos aprendam a partir de suas potencialidades.

Dessa forma, a inclusão escolar é uma proposta educativa que se estabelece a partir das políticas educacionais voltadas para a implementação de um novo paradigma de educação, no qual a “educação especial”

deveria se configurar por um processo escolar/acadêmico, que vai do ensino básico ao superior.

Compreendemos que não basta apenas transmitir nossos conhecimentos. É preciso que saibamos compreender, ouvir, atender as angústias, os anseios, às lutas e, principalmente, reconhecer as conquistas, por menores que sejam, pois é de pequenos fragmentos que se constroem.

### 3 ALUNOS SURDOS NAS ESCOLAS REGULARES UM DESAFIO QUE A FAMÍLIA E A ESCOLA NECESSITAM INSTITUIR

Definimos a inclusão pela lógica da relação, por intermédio da qual um termo é definido em função de outro e não pela extensão dos termos que possuem algo em comum, ou seja, não atendem a um critério ou referente exterior. Ela é definida pela compreensão, ou por algo interno a um conjunto e que lhe dá um sentido (Ferreira; Ferreira, 2004).

Somos favoráveis ao raciocínio da relação, mas gostaríamos de analisar os riscos de uma relação perversa que, nesse sentido, pode repetir o que já conhecemos sob o nome de classe ou exclusão. O que é relação? Relação é uma forma de interação, de organizar o conhecimento, ou de pensar o que quer que seja na perspectiva de outro.

Do ponto de vista da classe, por exemplo, se um sujeito for surdo oralizado com um nível elevado de surdez, se o referente for perceber sons, e se ela não consegue ouvir os sons da fala, então, ao contrário de seus colegas, ela é considerada não-ouvinte, ou seja, está excluída da classe das pessoas que ouvem. Como argumenta Skliar (1998), os estudos sobre surdez precisam ser situados em um contexto discursivo mais apropriado à situação linguística, social, comunitária, cultural e identitária das pessoas surdas.

Do ponto de vista da relação, dá-se o inverso. Se uma pessoa for surda e convive com um ouvinte, então, todas as pessoas que pertencem à sua família também estão compreendidas por essa relação, ou seja, são pais ou familiares de um surdo. Em outras palavras, pode ser que uma pessoa que pertença à família de um surdo não conheça os aspectos linguísticos da surdez, mas o fato de pertencer à mesma família, em termos relacionais, implica que ela também sofra as consequências da exclusão social de seu membro surdo, pois é também parte de um mesmo todo.

Situamos que a análise do tema inclusão pode causar certo embaraço na relação instituída pela família, pois, em certos conteúdos, a exclusão é ruim, mas, em outros, proporciona a ilusão de liberdade. Pela lógica da classe, se o indivíduo surdo for por si mesmo impotente e sua família não, a dificuldade dele em não ouvir não atingiria sua família, pois ele é potente de superação.

Do ponto de vista da relação, a impotência será algo comum ao surdo e à sua família, ainda que os dois possam ocupar, quanto ao problema, diferentes posições no cenário da inclusão/exclusão. Sabemos que isso pode parecer desagradável e difícil de suportar, mas esse é um dos princípios da lógica da inclusão (Ferreira; Ferreira, 2004).

O que está sendo analisado aqui, em termos da relação entre o surdo e sua família, pode ser pensado,

igualmente, quanto à relação família/escola regular e o processo de inclusão. Se uma criança tem dificuldades de aprendizagem ou de convivência em sala de aula, se suas limitações causam "problemas" quanto aos hábitos pedagógicos do professor, pela lógica da classe, a dificuldade é do aluno e não necessariamente do professor.

Na lógica da relação, o "problema" é de todos, o que desafia o professor, a família e a escola a refletir sobre a insuficiência de seus recursos pedagógicos, nesse novo contexto, a rever suas formas de se relacionar com os alunos, a estudar temas que pensava nunca ter que estudar. Como observam Souza e Goês (1999), o ensino para surdos em escola inclusiva requer considerações sobre o excludente contexto da inclusão.

Classificar é reunir coisas que tenham um critério comum e, portanto, sejam substituíveis entre si. Relacionar é reunir coisas que façam parte uma da outra, e que, nesse sentido, não valham por si mesmas, pois é a relação com o outro, e vice-versa, que as define (Jovhelovitch, 1998).

Portanto, na relação família/escola, quem os define são os fatores que demarcam os meios de relacionamentos sociais instituídos, pois somos definidos por esse jogo de posições que situam os diferentes papéis sociais, entre si e de diversos modos.

Uma relação estrutura-se pela propriedade da interdependência, cujas características são: ser indissociável, complementar e irreduzível.

Não se deve, nem se pode delimitar as questões pertinentes à educação de surdos como se se tratasse de modelos conceituais opostos. Qualquer questão pontuada na área da educação inclusiva, em geral, deve ser sempre estudada não como se estivesse em linhas opostas, mas, em territórios irregulares, assimétricos, contestados, isto porque são enfrentadas relações de poder/saber, também assimétricas e irregulares, que constantemente e dinamicamente atravessam e delinham os projetos pedagógicos e as políticas públicas.

Tais novas visões quanto à surdez e os surdos força a tomada de posição diante da encruzilhada na qual a educação de surdos se encontra: ou continua sendo mantida dentro dos paradigmas da "Educação Especial" ou aprofunda-se num novo campo conceitual - os Estudos Surdos, aproximando-se de outras linhas de pesquisa e estudo em educação (Skliar, 1998).

Os estudos sobre a surdez e sobre a educação de surdos, feitos, inclusive, pelos próprios surdos, estão situando-se atualmente na direção de outras linhas de estudo como: os estudos negros, os estudos de gênero, os estudos de classes populares etc. Isto inclui a educação de surdos num contexto discursivo mais apropriado à situação linguística, social, comunitária, cultural e identitária das pessoas surdas.

Como adverte Skliar (1998), "não se trata, então, de dizer que os surdos padecem dos mesmos problemas que todos os demais grupos minoritários, obscuros, colonizados, subalternos e dominados. Mas, trata-se de produzir uma política de significações que gera um outro mecanismo de participação dos próprios surdos no processo de transformação pedagógicas".

A proposta de inclusão, pela qual temos a maior simpatia, apesar de todos os desafios que nos coloca, é considerar a relação entre a família e a escola de forma

interdependente, ou seja, indissociável, irredutível e complementar (Ferreira; Ferreira, 2004).

Incluir significa abrir-se para o que o outro é e para o que eu sou ou não sou em relação ao outro. Por isso, a educação inclusiva supõe, sobretudo, uma mudança na postura da escola regular e na própria família do surdo. O modo como são organizadas as ações instituídas pela escola e pela família tem a ver com a posição ou lugar frente a esses outros, outrora excluídos, que agora fazem parte do todo ao qual pertencemos.

Incluir significa aprender, reorganizar grupos, classes; significa promover a interação entre crianças de um outro modo, considerando que, como observa Jovhlovitch (1998), é necessário (re)descobrir o outro em sua alteridade e complexidade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão apresenta-se aqui como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola.

Como as demais instituições sociais, a família e a escola, passam por mudanças que redefinem sua estrutura, seu significado e o seu papel na sociedade. É o que tem acontecido nos dias de hoje, em função de diversos fatores, sobretudo, a emancipação feminina. Com isso, os papéis da escola foram ampliados para dar conta das novas demandas da família e da sociedade. Esse é um fato que deve, necessariamente, ser levado em consideração quando se trabalha com a escola. Negá-lo é agir fora da realidade e não obter resultados satisfatórios. É certo que cada segmento apresenta reclamações e expectativas em relação ao outro, os professores acham que os pais devem estabelecer limites e ensinar a seus filhos os princípios básicos de respeito aos semelhantes, boas maneiras, hábitos de alimentação e higiene pessoal etc. Por sua vez, os pais se recusam a comparecer à escola para ouvir sermões e serem instados a criar situações que possibilitem a aprendizagem de seus filhos, alegando que a função de ensinar conteúdos, criar situações de aprendizagem é da escola, dos professores.

Na realidade não deve haver um conflito de pais com professores, não é isso que vai contribuir para o processo de ensino aprendizagem do aluno, mais sim a integração dessas partes para que se possa ajudar o aluno e até mesmo buscar meios para trocas de ideias que possam ser úteis na vida do aluno. O conflito de pais com professores sobre o que ensinar e como ensinar, só dificulta o andamento do processo, porque na dúvida e com a perda de tempo sobre questões desnecessárias e que se tornam conflituosas, o tempo vai passando e a vida do aluno no seu processo de aprendizagem vai junto sem ao menos a família se dar conta que não estava presente e que não pode contribuir em nada para a aprendizagem do mesmo.

A abordagem do preconceito linguístico é notória entre a maioria dos profissionais da educação, quando se trata da Língua Brasileira de Sinais, pois que, por não terem

o conhecimento a cerca das peculiaridades da surdez e principalmente como os sujeitos Surdos se comunicam, esses profissionais criam estereótipos que prejudicam o desenvolvimento da criança ou jovem Surdo em seu processo de aprendizagem, acarretando um atraso de linguagem e trazendo consequências emocionais, sociais e cognitivas com defasagem na escolarização. Faz-se necessário a construção de projetos educacionais que possam atender as necessidades dos alunos Surdos, permitindo o acesso, de direito, a uma educação de qualidade. No Brasil, como em muitos outros países, a experiência com educação bilíngue ainda se encontram restritas. Um dos motivos para este quadro é, sem dúvida, a resistência de muitos a considerar a língua de sinais como uma língua.

As relações entre as pessoas com deficiência e as que não possuem deficiência é fato questionável, pois vivemos complexidades de comportamentos, atitudes e valores que nos diferenciam. É óbvia a evidência de uma deficiência física, por exemplo, quando vemos uma pessoa que utiliza a cadeira de rodas, mas por outro lado não é evidente a surdez. A pessoa Surda tem uma forma especial de ver, perceber, estabelecer relações e valores que devem ser utilizados na educação de Surdos, integrada na sua educação em conjunto com os valores culturais da sociedade ouvinte, que em seu todo vão formar sua sociedade.

A relação entre a escola e a família é, sobretudo nos dias de hoje, uma das mais palpitantes questões discutidas por pesquisadores e/ou gestores dos sistemas e unidades de ensino em quase todo o mundo. Este fato é evidenciado, por um lado, pelo expressivo número de pesquisas e publicações especializadas sobre o assunto, e, por outro, pela preocupação manifestada nos mais diversos fóruns (de reuniões escolares a fóruns nacionais e internacionais) pelos profissionais responsáveis por gerir simples unidades escolares ou complexos sistemas nacionais de ensino. No campo das pesquisas acadêmicas, talvez a área que mais tem se voltado para o estudo e entendimento das relações entre escola e família seja, não por acaso, a Sociologia e, subalternamente, os estudos de políticas de educação. Discutindo seja temas clássicos, como o fracasso escolar, seja questões recentemente incorporadas, como as trajetórias escolares, os sociólogos da educação têm continuamente chamado a atenção para a implicação da instituição familiar com a escola.

É de essência fundamental refletir que a ressignificação da gestão intrainstituições seculares escolas x família x esfera social, demarcam espaço tempo histórico/cultural e produzem bases sólidas de um ser humano instalado em uma marca individual de limitações, possibilidades, potencialidades e habilidades em si e em suas diferenças, que muitas das vezes nos impedem de avançar e de realizar de fato uma mudança. Partindo desse ponto motivacional, Jovhlovitchi (1998) advoga que o conceito de deficiência predominante na sociedade, em geral e em particular, contribuem para que o corra uma barreira sistemática nas relações entre a família do sujeito deficiente com a escola no aspecto inclusivo, uma vez que estão ficando cada vez mais distantes um do outro, quando eram para estarem caminhando lado a lado contribuindo

com o processo de aprendizagem dos alunos surdos. Como um sustentáculo de vínculos vitais na ação dinâmica de pertencer ao ambiente em que segue o processo de inclusão escolar;

O sentido de pertinência privilegia a significação de situar-se de forma ativa, democrática e afetiva no meio social em que se vivencia a experiência entre os parceiros do contexto processual da inclusão educacional no interior da escola regular,

O problema gerado por este fator ocasiona um sujeito surdo neutralizado como objeto de uma limitação imposta sobremaneira na forma de compreender e situar a deficiência latente/instalada neste. como uma existência situacional predeterminada, rotulada, concebida e perpetuada socialmente pelos indivíduos que estão gerando as relações sociais no interior da instituição familiar e escolar.

Logo o sujeito surdo apenas se sente pessoa se a sociedade o considerar como tal. O surdo, na sua diferença, representa um perigo. Daí advém a tentativa de muitos de considerá-lo apenas uma pessoa com deficiência. No entanto, o surdo como pessoa existe, esta é uma diferença que existe que estigmatiza o surdo a sua negação estigmatiza-o ainda mais, já que não permite o seu desenvolvimento, a sua formação de identidade como ser inteiro e integrante de uma comunidade de indivíduos diferentes como ele mesmo.

É neste teor de argumentação que a problemática processual da inclusão de surdos na escola regular conclama a participação ativa da família, enquanto foco de referência democrática de parceiros e elementos humanos predeterminados, situados, determinados e determinantes de alternativas e ou situações transitórias

A necessária mudança resulta, portanto de uma compreensão profunda de si e do outro. Da escola e da família, do surdo e do ouvinte em suas diferenças humanas e culturais. E em suas essenciais relações sociais.

Analisar a relação da família do sujeito surdo com a escola no âmbito do processo de ensino aprendizagem. É um meio de medir a sondagem das esferas e das ações que coadunam sua inclusão na sociedade. Iniciando pela compreensão do papel social de ambas na formação de sujeitos críticos, participativos e dialógicos

Um meio de produzir o argumento nesse estudo é o método de pesquisa qualitativa, sistematicamente dirigida pelo parâmetro de análise de cunho teórico. Para embasar a compreensão no que concerne as formas de participação da família e da própria escola na estruturação, organização do processo de inclusão do sujeito surdo no interior de algumas escolas de nosso Estado. E a partir dessa análise, situar uma visão mais abrangente da pesquisa bibliográfica. que no dizer de Souza e Goês (1999) é uma tarefa cautelosa e crítica, na medida que há a dicotomia entre o discurso oficial e as práticas de inclusão realizadas no interior da escola regular.

## REFERÊNCIAS

ABRIL. Inclusão e surdez. **Educar para crescer**, [s.d.]. Disponível em: <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/inclusao-surdez-752480.shtml>. Acesso em: 5 maio 2025.

FERREIRA, M. C. C.; FERREIRA, J. R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GOÊS, M. C. R. de; LAPLANE, A. L. F. de (org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

JOVCHELOVITCH, S. Re(des)coabrindo o outro. In: ARRUDA, A. (org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

SOUZA, R. M.; GOÊS, M. C. R. de. O ensino para surdos em escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. In: SKLIAR, C. (org.). **Atualidade em educação bilíngue para surdos**. v. 1. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.